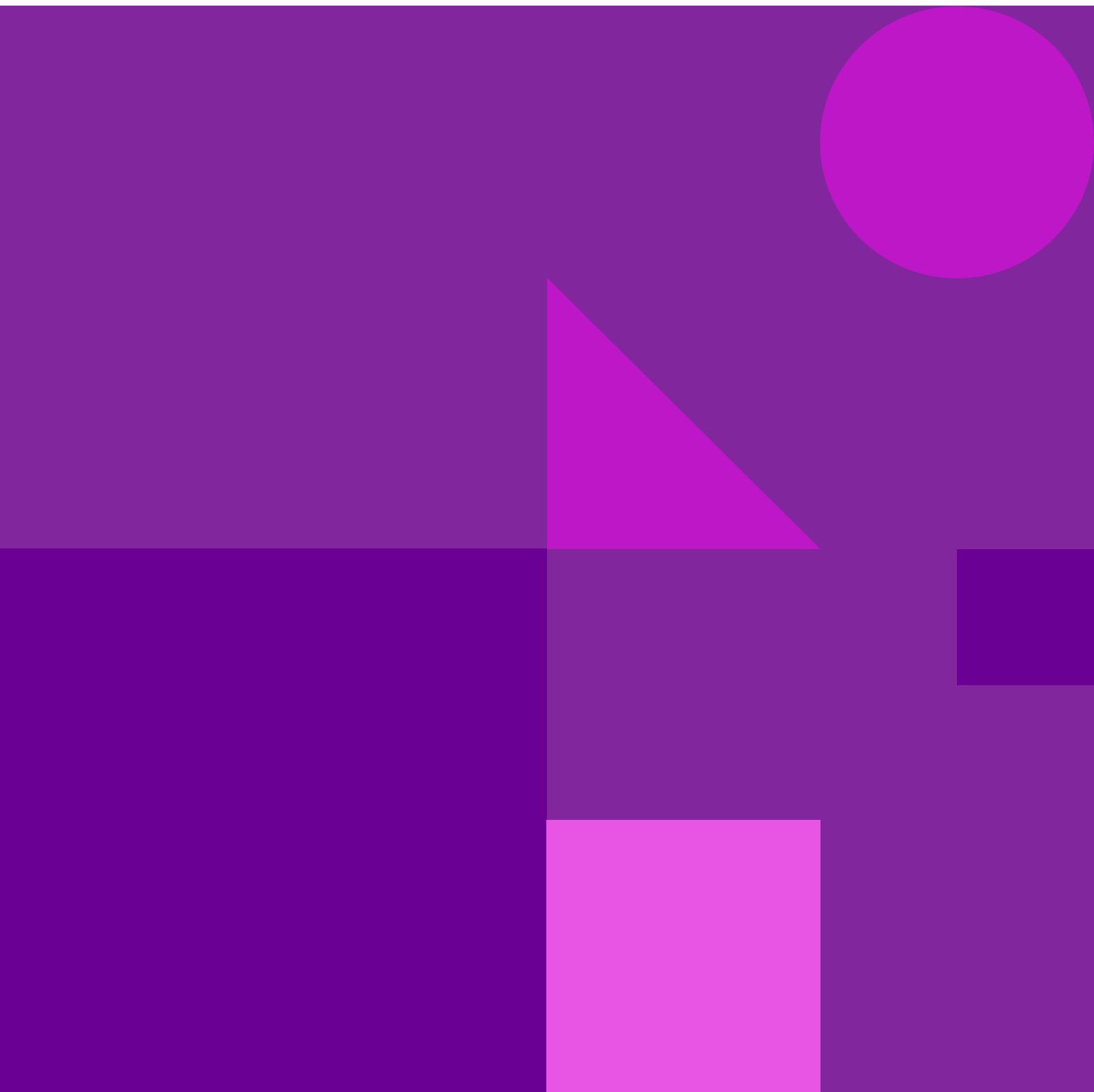




Demonstrações financeiras

Nu Pagamentos S.A.

30 de junho de 2017



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da administração

Em atendimento à Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BACEN) , a administração da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

O Nubank oferece um cartão de crédito internacional MasterCard, controlado por um aplicativo para smartphone. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças.

A receita total do primeiro semestre de 2017, montante que resulta da soma da receita operacional (correspondente à taxa de intercâmbio) e da receita financeira (proveniente de juros e rendimentos), quando anualizada, indica um aumento substancial de crescimento em comparação à receita total de 2016. Esse aumento também se reflete no portfólio de recebíveis de cartão de crédito da Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial.

A administração da Instituição atesta que tem capacidade econômica e financeira para manter até o vencimento todos os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Pagamentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Balanço patrimonial em 30 junho de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017
Total do ativo circulante		2.590.146
Disponibilidades	4	131.284
Títulos e valores mobiliários	5	504.824
Livres		356.193
Vinculados à prestação de garantias		148.631
Outros créditos	6	1.952.804
Valores a receber cartão de crédito		1.984.493
Diversos		63.519
Provisão para outros créditos		(95.208)
Outros valores e bens		1.234
Despesas antecipadas		1.234
Total do realizável a longo prazo		95.470
Títulos e valores mobiliários	5	2.169
Vinculados à prestação de garantias		2.169
Outros créditos		93.301
Diversos	6	93.301
Total do permanente		14.069
Investimentos	7	8.986
Investimentos no exterior		8.986
Imobilizado de uso		4.977
Instalações, móveis e equipamentos de uso		6.205
Depreciação acumulada		(1.228)
Intangível		106
Total do ativo		2.699.685
Passivos	Nota	30/06/2017
Total do passivo circulante		2.275.087
Obrigações por empréstimos e repasses	8	28.303
Empréstimos no exterior		28.303
Outras obrigações	9	2.246.784
Valores a pagar cartão de crédito		2.178.141
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.234
Fiscais e previdenciárias		12.163
Diversas		53.246
Resultado de exercícios futuros		701
Patrimônio líquido	10	423.897
Capital social		587.049
Reserva de capital		37.684
(-) Prejuízo acumulado		(200.836)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.699.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	<u>30/06/2017</u>
Receita operacional	11	82.703
Custo dos serviços prestados	12	(69.785)
Lucro bruto		12.918
Despesas de pessoal	13a	(37.902)
Despesas administrativas	13b	(18.669)
Resultado de participações em controladas		(1.352)
Outras receitas operacionais		8.152
Outras despesas operacionais		(6.591)
Provisão para perda do valor recuperável	6e	(100.022)
Plano de opção de compra de ações	10b	(12.330)
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>(168.714)</u>
Prejuízo operacional		<u>(155.796)</u>
Receitas financeiras		102.644
Despesas financeiras		(10.018)
Resultado financeiro	14	<u>92.626</u>
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		<u>(63.170)</u>
Ativo fiscal diferido		24.220
Imposto de renda e contribuição social	15	<u>24.220</u>
Prejuízo do semestre		<u><u>(38.950)</u></u>
Prejuízo por ação		(1,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	587.049	25.354	(161.886)	450.517
Opção de ações outorgadas (Nota 10)	-	12.330	-	12.330
Prejuízo do semestre	-	-	(38.950)	(38.950)
Saldo em 30 de junho de 2017	587.049	37.684	(200.836)	423.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>30/06/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre		(38.950)
Ajustes para:		
Depreciação/amortização		730
Provisão para perda do valor recuperável		100.022
Ativo fiscal diferido		(24.220)
Resultado de participação em controladas		1.352
Resultado de exercícios futuros		659
Provisão de contingências		82
Variações cambiais sem efeito de caixa		541
Opções de ações outorgadas		12.330
Resultado ajustado		<u>52.546</u>
(Aumento) de títulos e valores mobiliários		(117.602)
(Aumento) de outros créditos		(641.202)
Redução de outros valores e bens		758
Aumento de outras obrigações		589.141
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(116.359)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Movimentação em imobilizado		(981)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(981)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Obrigações por empréstimos e repasses		10.582
Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento		<u>10.582</u>
Caixa e equivalentes de caixa	20a	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		477.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		371.177
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(106.758)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05409-000 – Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Com o sucesso de sua proposta de valor perante o público-alvo, atualmente encontra-se em fase de acelerado crescimento de suas operações. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais clientes passarão a ser rentáveis para a Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Instituição.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial.

2 Base de preparação das Demonstrações financeiras

Em função da autorização junto ao Banco Central para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras do Nubank passaram a refletir as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – “COSIF”, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento

Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).

O Nubank optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular nº 3.833 de 17 de maio de 2017 do BACEN, de não apresentar as informações comparativas nestas demonstrações financeiras e utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto para empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de agosto de 2017.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente com o semestre apresentado nestas Demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em fundos não exclusivo com liquidez diária, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos: a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

d. Operações de cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As rendas das operações de cartão de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de cartão de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Cessões de crédito

As cessões de recebíveis de cartão de crédito foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização,

fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A demonstração dos valores de imposto de renda e contribuição social e a origem dos créditos tributários estão apresentados na Nota 15.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas fiscais dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

- Móveis e utensílios 10 anos
- Equipamentos de informática 5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens"

j. Resultado de exercícios futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto

prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos e variação cambial e são reconhecidas no resultado em base “pró-rata” dia.

I. Ativos e passivos contingentes

De acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração da Instituição entende que sua realização é virtualmente certa.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Instituição. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Instituição levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

m. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

n. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No semestre findo em 30 de junho de 2017 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

o. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) – stock option (“Plano de Opção”). O objetivo é

conceder, aos colaboradores da Instituição, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Instituição atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Instituição, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). No fim de cada exercício, a Instituição revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Instituição reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4 Disponibilidades

	<u>30/06/2017</u>
Caixa	6
Banco - Conta movimento	127.158
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.120
Total	<u>131.284</u>

5 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Disponível para venda

	<u>30/06/2017</u>		
	Sem vencimento	De 3 a 5 anos	Valor mercado/ custo atualizado
Cotas de fundos de investimento (i)	501.335	-	501.335
Recibos de depósitos bancários - RDB pós fixado (ii)	-	2.169	2.169
Total	<u>501.335</u>	<u>2.169</u>	<u>503.504</u>

Mantidos até o vencimento

	<u>30/06/2017</u>	
	De 3 a 6 meses	Valor mercado/ custo atualizado
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados (ii)	3.489	3.489
Total	<u>3.489</u>	<u>3.489</u>

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de renda fixa não exclusivos e cotas do FIDC Nubank, fundo exclusivo. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

- (ii) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Instituição concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, foi considerado a melhor estimativa de valor de mercado, devido a esses investimentos não serem cotados em mercado ativo.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2017.

b. Resultado com instrumentos financeiros

	30/06/2017
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	84.681
Rendas de aplicações em CDBs e RDB	339
Rendas de depósito no exterior	329
Total	<u>85.349</u>

6 Outros créditos

a. Composição de outros créditos

	30/06/2017
Valores a receber cartão de crédito	1.964.237
Retenção de riscos por operações cedidas (i)	20.256
Crédito tributário	97.161
Impostos e contribuições a compensar	27.035
Diversos	32.624
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito	(95.208)
Total	<u>2.046.105</u>

- (i) Refere-se à retenção de risco de recebíveis de cartão de crédito cedidas ao FIDC Nubank com coobrigação. Durante o semestre, foram cedidas operações de recebíveis de cartão de crédito ao FIDC Nubank que geraram despesa de R\$1.717 em Outras despesas operacionais.

b. Composição da carteira de operações de cartão de crédito

Valores a receber - saldo corrente	1.010.501
Valores a receber - parcelas futuras	973.992
Total	<u>1.984.493</u>

c. Composição da carteira de operações de cartão de crédito a receber por vencimento

Operações de cartão de crédito vencidas	101.873
Até 3 meses	1.202.898
3 a 6 meses	478.428
6 a 12 meses	201.294
Total	<u>1.984.493</u>

d. Classificação de carteira de cartões de crédito por níveis de risco

30/06/2017							
Nível	Operações de cartões de crédito			%	Provisão	Provisão adicional	Provisão total
	Curso normal	Atraso	Total				
A	1.882.620	20.635	1.903.255	0,5	9.516	16.136	25.652
B	-	10.832	10.832	1	108	4.197	4.305
C	-	9.384	9.384	3	282	6.155	6.437
D	-	7.840	7.840	10	784	6.069	6.853
E	-	4.696	4.696	30	1.409	2.984	4.393
F	-	19.391	19.391	50	9.696	8.972	18.668
G	-	18.191	18.191	70	12.734	5.262	17.996
H	-	10.904	10.904	100	10.904	-	10.904
Total (i)	1.882.620	101.873	1.984.493		45.433	49.775	95.208

(i) Os saldos totais para cálculo da provisão incluem o valor da retenção de riscos de benefícios por operações cedidas no valor de R\$20.256 em 30 de junho de 2017.

e. Movimentação da provisão de redução ao valor recuperável

	30/06/2017
Saldo no início do semestre	(41.988)
(Constituição)/Reversão	(100.022)
Baixados para prejuízo	46.802
Saldo no final do semestre	(95.208)

f. Operações renegociadas/recuperadas

O montante das operações renegociadas e recuperadas no semestre findo em 30 de junho de 2017 totalizou R\$23.482 e R\$7.774, respectivamente.

7 Investimentos

A Nu Payments, LLC é uma sociedade limitada, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América.

	<u>Nu Payments, LLC</u>
Total do ativo	182.989
Total do passivo	174.002
Patrimônio líquido	10.338
Prejuízo 1o semestre 2017	(1.352)
Valor do investimento em 30 de junho de 2017	8.986
Participação no capital - %	100

8 Obrigações por empréstimos e repasses

Refere-se às obrigações relacionadas a linhas de créditos tomadas junto a instituições financeiras no exterior, no montante de R\$28.303, com vencimento em abril de 2018, indexadas a Libor.

9 Outras obrigações

a. Composição de outras obrigações

	<u>30/06/2017</u>
Contas a pagar bandeira - cartão de crédito	2.178.141
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.234
Fiscais e previdenciárias	12.163
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	29.802
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	20.256
Outros	2.994
Provisão para contingências	194
Total	<u>2.246.784</u>

- (i) Refere-se ao valor presente das obrigações das cessões de operações de recebíveis de cartões de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato e valores a repassar por liquidação antecipada na carteira dos fundos de investimento em direitos creditório.

b. Composição dos valores a pagar de operações de cartão de crédito por vencimento

	<u>30/06/2017</u>
Até 3 meses	1.842.777
3 a 6 meses	234.951
6 a 12 meses	100.412
Total	<u>2.178.141</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição é de R\$587.049 e está representado por 36.510.662 ações, sem valor nominal, divididas entre 36.345.297 ordinárias e 165.365 preferenciais, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção"), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral

Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Instituição.

Ao final do ano de 2016, a Instituição transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na *holding*, e não mais na Instituição.

A Instituição reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$12.330 no semestre findo em 30 de junho de 2017, em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

11 Receita operacional

	30/06/2017
Receita de intercâmbio	93.317
Impostos sobre receita operacional	(10.614)
Total	<u>82.703</u>

O montante de receita operacional refere-se às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

12 Custo dos serviços prestados

	30/06/2017
Custo de manutenção de contas	(51.177)
Custo de emissão de cartões	(18.608)
Total	<u>(69.785)</u>

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

13 Despesas Administrativas

a. Despesas de pessoal

	30/06/2017
Proventos	(24.735)
Encargos sociais	(8.700)
Benefícios	(2.917)
Honorários da administração	(1.406)
Outros	(144)

Total	(37.902)
--------------	-----------------

b. Despesas administrativas

	30/06/2017
Despesas de escritório	(7.898)
Despesas com processamento de dados e comunicações	(5.328)
Despesas com contratação de serviços especializados	(3.065)
Outras despesas administrativas	(1.128)
Despesas tributárias	(520)
Depreciação/amortização	(730)
Total	(18.669)

14 Resultado financeiro

	30/06/2017
Resultado com instrumentos financeiros	85.349
Outras receitas financeiras	17.295
Receitas financeiras	102.644
Varição cambial negativa	(870)
IOF sobre operações financeiras	(5.538)
Tarifas bancárias	(286)
Impostos sobre receitas financeiras	(1.915)
Despesa de juros de empréstimos	(1.409)
Despesas financeiras	(10.018)
Resultado financeiro	92.626

15 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(63.170)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(28.426)
Adições/exclusões permanentes	9.184
Crédito tributário (i)	(4.978)
Imposto de renda e contribuição social do período	(24.220)

(i) Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa e contingências passivas.

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/06/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.832	18.850	35.682
Outras provisões passivas	-	2.832	2.832
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.832	21.682	38.514
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	56.109	2.538	58.647
Total dos créditos tributários	72.941	24.220	97.161

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos – O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de Junho de 2017, no montante de R\$ 97.161 mil, foram constituídos sobre prejuízo fiscal/ base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2017	2.144	1.716	3.860
2018	10.630	8.505	19.135
2019	44.584	26.750	71.334
2020	1.770	1.062	2.832
Total	59.128	38.033	97.161

16 Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$52.000 para incêndio, queda de raio e explosão, R\$600 para danos elétricos, R\$1.000 para quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, R\$1.000 para responsabilidade civil e R\$500 para roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias.

17 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros

derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

A Instituição não tem operações com derivativos em aberto em 30 de junho de 2017.

18 Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como *possíveis* pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$567 em 30 de junho de 2017. O Nubank, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 30 de junho de 2017 no montante de R\$194 considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

c. Movimentação das provisões

	30/06/2017
Saldo no início do semestre	112
Constituição	119
Utilização / reversão	(37)
Saldo no final do semestre	194

19 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 05, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	30/06/2017
Ativo	
Cotas de fundos de investimento (FIDC Nubank)	116.300
Retenção de riscos por operações cedidas (FIDC Nubank)	20.256
Participação em Controladas (Nu Payments LLC)	8.986
Passivo	
Obrigações por operações vinculadas a cessão (FIDC Nubank)	20.256
Resultado	
Prejuízo na cessão de recebíveis (FIDC Nubank)	(1.717)
Resultado de participação em Controladas (Nu Payments LLC)	(1.352)
Rentabilidade de cota de fundo (FIDC Nubank)	62.081
Despesas com honorários da administração	(1.406)

20 Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	30/06/2017
Disponibilidade	131.284
Aplicação financeira - fundos de investimento	239.893
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>371.177</u>

b. Estrutura de gestão de riscos

A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira de clientes é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de riscos permeiam toda a Instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos globais da empresa, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

c. Gerenciamento de Risco Operacional

De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

d. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado “Nubank Rewards.” O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercâmbio e registrado na rubrica de receitas de exercícios futuros, presente no passivo da Companhia.

O resgate é realizado apagando compras feitas pelo usuário em diversas categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

21 Eventos subsequentes

Em Julho de 2017 a Instituição aumentou a disponibilidade de suas linhas de créditos junto a instituições financeiras no exterior para R\$455.000, com extensão do vencimento para janeiro de 2019.